

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

7,1
DA

**A política familiar de Pedro Velho no governo do
Rio Grande do Norte (1892 - 1895)**

Jacira Maria Freire



Natal (RN)

1999



Jacira Maria Freire

A política familiar de Pedro Velho no governo do
Rio Grande do Norte (1892 - 1895)

Monografia à disciplina Pesquisa Histórica II
ministrada pela Profª Denise Mattos Monteiro
sob orientação do Prof. Almir de Carvalho
Bueno como requisito para obtenção do título
de Bacharel e Licenciado em História.

Natal(RN)

1999

Dedicatória

Agradeço a Deus, que me mostrou o caminho e a ele me conduziu. Por ter sempre me iluminado nos momentos de decisões, quer pessoais, quer profissionais.

Para Anny Caroline, Anny Karine e Anderson Kássio, meus filhos, Geomar Lopes, meu marido e à meus pais que me encorajaram nesta árdua batalha. Compartilho com todos eles que, diretamente, me ajudaram e me orientaram.

Aos professores que com seus conhecimentos e sabedoria muito contribuíram para a realização deste trabalho.

Por fim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão da nossa pesquisa.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	04
I	FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA OLIGÁRQUICA BRASILEIRA E NORTE-RIOGRANDENSE.	06
2	POLÍTICA FAMILIAR DE PEDRO VELHO NO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE(1882 - 1895)	10
	1.1 Conquista do poder estadual pela oligarquia Albuquerque Maranhão	10
	1.2 Organização do grupo político dos Maranhão	13
3	O DOMÍNIO DA MÁQUINA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	17
	3.1 Distribuição de cargos públicos	17
	3.2 Eleições e fraudes eleitorais	21
	3.3 Perseguição à imprensa oposicionista	25
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
	FONTES	30
	BIBLIOGRAFIA	31

INTRODUÇÃO

Este estudo diz respeito à questão do poder político no Rio Grande do Norte no regime republicano, mais especificamente àquele exercido pela família Albuquerque Maranhão que, a partir do governo de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão(1892-1896), constitui-se como o período estrutural para a consolidação do novo regime no Estado.

Trata-se portanto de uma análise histórica das relações políticas no Rio Grande do Norte situando-as no contexto da ascensão oligárquica brasileira. Este estudo se justifica tendo em vista sua importância dentro do contexto da historiografia republicana norte-riograndense. Apesar dos vários trabalhos existentes sobre o tema¹, persiste a necessidade de uma retomada do assunto, que não foi abordado de maneira crítica o bastante na produção historiográfica local.

Desse modo, tendo sido a proclamação da república um movimento que consolidou a hegemonia de um novo grupo elitista no poder do Estado, faz-se necessário o estudo desse processo de dominação, a partir da oligarquia Maranhão, que teve na figura de Pedro Velho a sua expressão mais importante.

Pretende-se com esta pesquisa analisar a importância das práticas oligárquicas potiguar durante o governo Pedro Velho. Práticas como: fraudes eleitorais e as perseguições à imprensa oposicionista, mantidas pela coerção, pela desigualdade e pelo nepotismo²; a pesquisa permitirá assim uma melhor compreensão do surgimento e consolidação da oligarquia Maranhão sobre o Estado, naquela época.

¹ CASCUDO, Luis da Câmara. *História Do Rio Grande do Norte*; POMBO, Rocha. *História do Rio Grande do Norte*; LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*.

² BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte(1880-1895)*. p. 11.

Para o tratamento da questão pesquisamos a documentação disponível nas fontes primárias e secundárias. Utilizamos para isso alguns números dos jornais A República, O Nortista, O Rio Grande do Norte, do período aqui enfocado(1892-1895), desenvolvemos leituras e fichamentos de bibliografia específica a respeito do tema.

Este trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro, procuramos fazer uma análise em torno do conceito da oligarquia no Brasil. Aproveitamos o estudo feito por CARONE onde a oligarquia aparece caracterizada como "um grupo familiar que domina todas as instâncias do poder".³

No segundo capítulo, trataremos da conquista do poder Estadual e da organização do grupo político dos Albuquerque Maranhão desde instauração do regime Republicano no Rio Grande do Norte destacando-se os fatos que marcaram a conquista do poder Estadual. Finalmente no terceiro capítulo evidenciaremos o domínio da máquina político-administrativa em três aspectos: a)distribuição de cargos públicos; b)as eleições e fraudes eleitorais e c) as perseguições à imprensa oposicionista.

Dessa forma, esperamos, com a presente monografia, contribuir para uma visão crítica da historiografia norte-riograndense. Além de procurar esclarecer fatos fundamentais para o entendimento de nossa história.

³ CARONE, Edgar. A República Velha, p.269.

1 A FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA OLIGÁRQUICA BRASILEIRA E NORTE-RIOGRANDENSE

A proclamação da república no Brasil beneficiou a uma camada social que possuía os bens de produção, a terra e por isso, exercia liderança política. A mudança de regime político permitiu que os grupos dominantes oligárquicos regionais adquirissem o controle político direto de seus estados, sendo criadas e consolidadas as "oligarquias republicanas".

Desde a antigüidade a história tem registrado na vida política de alguns estados gregos e em Roma a existência de governos oligárquicos. Aristóteles, no seu livro Política, analisou a oligarquia como uma deturpação da aristocracia e dos governos democráticos.⁴

CARONE, examinando o fenômeno oligárquico na República Velha acrescenta ao sentido originário da palavra oligarquia - governo de poucos - o de "governo baseado na estrutura familiar patriarcal".⁵ E afirma que, embora as oligarquias tenham suas origens tanto no Império como no novo regime, o federalismo republicano conferiu ao fenômeno oligárquico "maior estabilidade".

No contexto brasileiro, as oligarquias estruturaram-se na Primeira República(1889 - 1930), tendo como base de sustentação três elementos básicos: a política do café-com-leite na área federal, a política dos governadores no plano estadual e o coronelismo no nível municipal, o que implicava numa relação de interdependência entre os três pilares da República.

⁴ SOUZA, Itamar de: *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p.113.

⁵ CARONE, Edgar. op. cit. p.269.

A História da sociedade nordestina e, particularmente a do Rio Grande do Norte, está marcada pela presença da família Albuquerque Maranhão, desde o início da colonização⁶. Somente chegamos a compreender o peso desta afirmativa, quando atentamos para as ramificações que a família Maranhão teve, ao longo de quatro séculos, com as famílias Cavalcanti, Melo, Arcoverde, Lins, Siqueira Cavalcanti, Olanda Cavalcanti, Lacerda, Rêgo, Barros, Pais Barreto, Pires e outras⁷

Durante boa parte do período republicano a oligarquia Maranhão teve nas mãos o controle político, quando dominou o estado de 1890 a 1918; também detinham boa parte do domínio econômico, controlando o monopólio do sal, da carne e do açúcar.

Como afirma MARIZ:

*"A oligarquia Maranhão, constituída por membros da família e amigos, representava os interesses econômicos do grupo que se ligava ao comércio exportador do açúcar, algodão e sal, através da política do monopólio e concessões"*⁸

As idéias republicanas não haviam sido muito aceitas pela elite norriograndense. Um exemplo disso foi a tardia fundação do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, a 27 de janeiro de 1889. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, seu fundador e chefe logo após a proclamação da República, torna-se-a governador provisório do Rio Grande do Norte a partir de 17 de novembro de 1889.

⁶ MARANHÃO, João d' Albuquerque. *História da Casa de Cunha* apud SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*. p.115

⁷ *Ibid.* p.115

⁸ MARIZ, Marlene da Silva. *História do Rio Grande do Norte*. p.122

Uma das primeiras iniciativas políticas do chefe do novo partido foi procurar uma aproximação com o grupo do Seridó que, de início, não aceitava sua orientação para unificação do partido.⁹ Mas isso foi superado, e ao chegar instaurado e unificado, com seu órgão de divulgação funcionando e já fizera seu "batismo" nas urnas, no último pleito do Império. Vale ressaltar que a chapa patrocinada por Pedro Velho venceu de ponta a ponta a eleição, apresentando como resultado o desmoronamento da oposição sistemática. O quadro abaixo exemplifica mais precisamente essa afirmação.

QUADRO DAS ELEIÇÕES PARA A CONSTITUINTE FEDERAL(15/11/1890)

Nomes	Cargos	Votos
José Bernardo	Senador	8.107
Oliveira Galvão	Senador	7.919
Amaro Cavalcanti	Senador	7.811
Almino Afonse	Deputado	10.002
Pedro Velho	Deputado	8.550
Miguel Castro	Deputado	8.225
Amorim Garcia	Deputado	8.222

Fonte: Baseado em CASCUDO; Luis da Câmara. *História da República no Rio Grande do Norte*. p.110

A proclamação da República no Rio Grande do Norte não obteve adesão popular nem tampouco passeatas ou revoltas ocorreram. Foi um movimento de elite no qual, mais uma vez, o povo foi o último a saber. A ordem republicana, representava o autoritarismo oligárquico, o governo feito pela e para a elite e não "do povo, pelo povo".

⁹ CASCUDO. Luis da Câmara. *História da República no Rio Grande do Norte*. p.110

As oligarquias tradicionais, como os Albuquerque Maranhão durante a República Velha, para assegurar o controle do poder político, econômico e judiciário usavam de alguns elementos que fazem parte da política brasileira até hoje: a fraude, a corrupção, os conchaves políticos funcionando na base da coerção, da força e da lei tradicional, bem como da concessão de favores ou cobrança de obrigações naturais em uma sociedade patriarcal e pouco urbanizada.

Janice Theodoro afirma que a política potiguar era formada por dois grupos: os partidários da "descentralização oligárquica", pedrovelhistas, e os da linha "centralizadora e nacionalista", liderados por Amaro Cavalcanti.¹⁰

¹⁰ SILVA, Janice Theodoro da. *Raízes da Ideologia do Planejamento Nordeste*. p.22.

Até a proclamação da república o movimento não teve grande significação, levando-se em consideração que as adesões que surgiram até novembro não ultrapassavam a casa dos trinta e cinco. Mesmo assim, o grupo entusiasmado fundou em 1º de julho o jornal "A República", com objetivo de difundir suas idéias e conseguir arregimentar novos partidários. Pedro Velho era seu redator.¹³

Inicialmente o Partido Republicano do Rio Grande do Norte fundamentava-se nas teorias de Assis Brasil e Silva Jardim, e só mais tarde, após os contatos com os republicanos do Rio de Janeiro, o movimento potiguar assimilou a essência do pensamento de Quinto de Bocaiúva e se filiou às suas pregações, por considerá-las mais autênticas.¹⁴

É neste contexto, que se insere a pessoa de Pedro Velho Albuquerque Maranhão, convidado por Aristides Lobo para que o mesmo instaurasse a República no Rio Grande do Norte e assumisse o comando do governo v da província. Consciente da mudança histórica que se processava no país, o tenente-coronel Antônio Basílio Ribeiro Dantas, que governava a província de 23 de outubro de 1889, transmitiu o governo do Estado a Pedro Velho.¹⁵

Uma vez empossado, o líder republicano tomou as primeiras providências para organizar o governo. Para Comissário de Polícia, ele nomeou Jerônimo Américo Raposo da Câmara; para Instrução pública, foi designado Manoel do Nascimento Castro e Silva; para Delegado de Polícia da capital, o Tenente do Exército, Francisco de Paula Moreira; e para secretário do governo, o nome escolhido foi Manuel de Carvalho e Souza.

Além disso, Pedro Velho nomeou uma Comissão Executiva um verdadeiro ministério, expressão legítima do entusiasmo da hora, formada por elementos da mais alta expressão política e cultural:

¹³ MARIZ. Marlene da Silva, *op. cit.* p.92

¹⁴ *Ibid.* p. 92

¹⁵ CASCUDO. Luís da Câmara, *op. cit.* p. 154



2 A POLÍTICA FAMILIAR DE PEDRO VELHO NO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE(1892 a 1895)

2.1 Conquista do poder estadual pela oligarquia Albuquerque Maranhão

Desde finais do século XIX que as idéias republicanas vinham se espelhando pela província através de políticos liberais e de intelectuais não comprometidas com a monarquia. Pedro Velho e seus parentes, usavam nos seus discursos os ideais republicanos de André de Albuquerque, mártir da Revolução de 1817. Pois bem, a oligarquia Maranhão queriam iludir o povo com a promessa e com exposição de idéias. E assim, organizaram o Partido Republicano em janeiro de 1889.

Ao assumir a liderança do novo Partido, Pedro Velho tinha pouca experiência no âmbito da política Estadual. Tal fato exemplificam esta afirmação: A permanência no cargo de Inspetor da Saúde Pública em 1885 a 1886. Entretanto revelou-se um político bastante hábil, ao conseguir estruturar com eficiência seu partido e transformar-se no chefe supremo e verdadeiro mandatário da política Estadual.¹¹

No início, a fundação do Partido Republicano não causou maiores preocupações aos que estavam no poder, tendo em vista a inexpressiva repercussão que ele teve no meio político local. Dos participantes da reunião da fundação do partido, além da família de PedroVelho, a maioria constituía-se de empregados da firma de exportação de Fabricio Pedroza(tio de Pedro Velho), alguns bacharéis e um médico. A lista de assinaturas da ata de fundação revela total ausência de militares, o que identifica a realidade norte-riograndense diversa da situação dos outros Estados, no tocante ao movimento republicano.¹²

¹¹ CASCUDO, Luís da Câmara, op. cit. p.106.

¹² Ibid. p.107.

Relações Exteriores

Dr. José Moreira Brandão Castelo Branco;

Interior

Coronel José Bernardo de Medeiros;

Justiça

Dr. Francisco Amintas da Costa Barros

Fazenda

Luís Emídio Pinheiro da Câmara;

Guerra

Capitão Felipe Bezerra Cavalcanti;

Marinha

Capitão-Tenente Leôncio Rosa.¹⁶

Estas nomeações foram altamente criticadas pelos republicanos históricos que não foram lembrados para quase nenhum posto, no entanto João Avelino era representante histórico. Ao contrário do que esperavam, Pedro Velho cercou-se de seus antigos adversários políticos, esquecendo as convicções anti-republicanas de vários deles. Estas nomeações denunciavam a personalidade ambiciosa e centralizadora de Pedro Velho, e ensejaram a formação de grupos opositoristas à liderança.

É importante ressaltar que, Pedro Velho ainda sem exercer o cargo de governador, influenciou decisivamente nas administrações de seus correligionários, trazendo-lhes apoio e novas idéias no campo político-administrativo do Rio Grande do Norte.

¹⁶ CASCUDO. Luís da Câmara, op. cit. p. 154

CASCUDO afirma:

*"Pedro Velho instalou uma máquina, uma teia fina que abarcava o Estado inteiro, transportando a vibração instantânea do contato. Os municípios tinham Capitães-mores, e uma aparelhagem descrente e maior, completava a pirâmide de que era o cimo natural, inabalável."*¹⁷

2.2 Organização do grupo político dos Albuquerque Maranhão

No Rio Grande do Norte, durante o período republicano, a oligarquia Maranhão, liderada por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, esteve à frente das decisões políticas no Estado por quase 30 anos.

Após a proclamação da República, iniciou-se um período de contínuas mudanças na administração estadual, ao sabor da instabilidade reinante da política nacional. Como resultado dessa instabilidade, em menos de dois anos sucederam-se vários governadores no Rio Grande do Norte ao saber das conjunturas de momento como informa SOUZA:

*"A instabilidade política do novo regime transformou cada província num carrossel de governadores nomeados e, logo depois, substituídos. Para se ter uma idéia desta instabilidade política, basta lembrar que de 1889 a 1892 o Rio Grande do Norte teve sete governadores"*¹⁸

¹⁷CASCUDO. Luís da Câmara, op. cit. p. 107

¹⁸SOUZA. Itamar de. op. cit., p. 120

Diante desse contexto, no final do 1889, Adolfo Gordo foi nomeado pelo Governo Provisório para governar o Rio Grande do Norte. Um dos primeiros atos de seu governo foi a criação de um conselho de Intendentes formado por membros eleitos pelos cidadãos alfabetizados era uma exigência constitucional pela constituição de 1891 para se ter participação política. Nesse sentido, a própria Constituição republicana firmava uma faceta antidemocrática e discriminatória ao negar o direito de voto aos analfabetos e as mulheres.

Vários representantes nomeados para a presidência da Intendência de Natal eram parentes e amigos de Pedro Velho. Isto foi fundamental para a sustentação da oligarquia uma vez que o presidente da Intendência de Natal era também presidente da Junta apuradora de todas as eleições:

Nesta situação política instável, Pedro Velho conseguiu a realização de vários projetos políticos na luta pela conquista do poder. Mas foi com a ascensão de Joaquim Xavier da Silveira Júnior, a 10 de março de 1890, que os políticos da facção pedrovelhista voltaram a ser prestigiados, ocorrendo a aproximação entre o governador e a facção pedrovelhista, que recebeu benesses do estado.¹⁹

Neste mesmo período Pedro Velho conseguiu ser nomeado vice-governador(de 19 de setembro a 7 de novembro de 1890). Pedro Velho, logo que assumiu o governo provisório concedeu a seu irmão Augusto Severo e a outros amigos a licença para construir uma estrada de ferro, de Areia Branca, a fim de obter privilégio. Vale salientar, esta ferrovia não foi construída ficando apenas no papel a sua existência. Ainda no seu governo, protegeu a indústria açucareira(principal atividade do seu irmão Fabrício Gomes), aumentando para 10% o imposto de outros açúcares que entravam no Rio Grande do Norte, vindos quer de outros estados quer do estrangeiro.²⁰

¹⁹ SOUZA, Itamar de. op. cit. p. 120-121

²⁰ Ibid. p.120-121.

A 15 de setembro de 1890 foram realizadas as eleições para a Constituinte Federal. O evento, tanto definiu a afirmação do Partido Republicano, como consolidou as novas lideranças que passavam a comandar a política local e a dissolução dos antigos grupos. O resultado do pleito confirmou o prestígio de Pedro Velho do partido que representava no Estado.

Nessa conjuntura, convém destacar que seus redutos eleitorais restringiram-se a alguns municípios da região litorânea, por onde se espalhavam seus familiares. O grande contingente eleitoral encontrava-se no sertão do Seridó e a oeste do estado. E no final do século XIX, 95% da população norte-riograndense era interiorana, o que demonstra o imprescindível apoio dos chefes municipais a Pedro Velho.

Havia alguns chefes que chegavam a extrapolar sua força eleitoral além dos limites do seu município, controlando uma região. Chefes municipais como: Miguel Castro, Antônio Garcia e Oliveira Galvão. Foi com a adesão destes que Pedro Velho fortaleceu seu partido e a sua posição de chefe estadual.

Pedro Velho reuniu todas as lideranças políticas do Estado para a chapa do partido Republicano, entre os quais podemos destacar José Bernardo de Medeiros, líder da região do Seridó e Amaro Cavalcanti. Com o próprio Pedro Velho candidato a deputado Federal, a chapa republicana aplicou uma expressiva derrota à oposição. Segundo CASCUDO: "*esta eleição consagrou Pedro Velho. Deu-lhe o poder mágico da confiança popular.*"²¹

Após a eleição de Pedro Velho organizou e consolidou sua estrutura política oligárquica no Estado do Rio Grande do Norte.

A respeito dessa estrutura política Itamar de Souza afirma:

²¹ CASCUDO, Luís da Câmara. *Vida de Pedro Velho*. p.41

*"Quanto mais se agravava a instabilidade política do país e do Estado tanto mais ele se estruturava para impor a dominação. Finalmente, tendo sido eleito pelo Congresso Estadual, Pedro Velho assumiu o governo do Estado no dia 28 de fevereiro de 1892 e terminou o seu mandato a 25 de março de 1896. Seu governo teve como características inconfundível a organização do Estado Republicano no Rio Grande do Norte"*²²

²² SOUZA, Itamar de. op. cit. p.121

3 O DOMÍNIO DA MÁQUINA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

3.1 Distribuição de cargos públicos

No final do século XIX, o país encontrava-se às margens do mercado externo. Este processo serviria como uma forma do capital financeiro comercial transitar em maior frequência dentro do país. A produção de café era a marca característica da balança comercial mundial na época. E o Brasil contava com um bom arsenal de produção para a competitividade²³.

Nesta ordem, para manter o domínio da máquina político-administrativa estadual era necessário habilidade dos políticos oligárquicos sobre as questões políticas características dos municípios locais para os estados com pouco poder econômico e político; instalava-se o apoio no governo federal, “para quem quisesse o controle estadual”.

As alianças entre os “coronéis” (chefias municipais) garantiam a hegemonia da facção dominante. A aptidão dos políticos oligárquicos em soldar essas alianças por sobre infinidades de querelas pessoais e familiares, e interesses econômicos conflitantes, que caracterizavam a vida política interiorana, materializava-se através dos vícios eleitorais como fraudes, voto de cabresto, compra e troca de votos. Seria a condição para manter o domínio da máquina político-administrativa estadual²⁴.

No Rio Grande do Norte, Pedro Velho foi quem despontou como o principal representante do federalismo republicano, da defesa da autonomia estadual e descentralização.

²³LINDOSO, J. A. Spinelli. *Da oligarquia Maranhão à Política do Seridó*. p. 12.

²⁴Ibid. p. 13.

Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, durante o seu governo monopolizou a política potiguar sendo o organizador de sua estrutura republicana. A esse respeito diz CASCUDO: "Pedro Velho foi o fascinador, o chefe. Absorveu todas as iniciativas, resumindo em si mesmo as atividades de um estado"²⁵.

Para aumentar sua base de sustentação política, Pedro Velho foi iniciando uma série de atos que elevariam o controle político de sua família através de concessões econômicas e distribuição de cargos administrativos no cenário político da época. Pedro Velho foi organizando a dominação político-econômico de sua família. Em julho de 1893, escolheu para o cargo de secretário do governo, seu irmão, Alberto Maranhão.

SOUZA afirma:

*"A nomeação de seu irmão Alberto Maranhão, para o Secretário do Estado, marcou o início da oligarquia Maranhão, fundada por ele e continuada por Alberto e Tavares de Lira"*²⁶.

Nesse sentido, para obter um controle maior sobre o processo político estadual, Pedro Velho trouxe para o Rio Grande do Norte, vários bacharéis pernambucanos, dando-lhes apoio político e os melhores cargos, objetivando controlar com mais segurança o processo político. Entre esses pernambucanos que vieram, destacaram-se Ferreira Chaves, Pinto de Abreu e José Clímaco do Espírito Santo, que exerceram posições de elevado status na sociedade norte-riograndense.

Graças ao seu prestígio junto a Prudente de Moraes, Pedro Velho conseguiu a nomeação de João Lira Tavares, seu primo, para o cargo de administrador dos Correios do Rio Grande do Norte. Segundo SOUZA: "numa sociedade sem rádio e sem televisão, controlar o Correio Postal significava controlar quase todas as comunicações"²⁷.

Prosseguindo sua política oligárquica, Pedro Velho nomeou Afonso de Albuquerque Maranhão para o cargo de promotor público da Comarca de São José de Mipibu.

²⁵ CASCUDO, Luís Câmara. op. cit. p. 36.

²⁶ SOUZA, Itamar de. op. cit., p. 226.

²⁷ Ibid., p.122.

SOUZA afirma:

*"No final do século passado, a oligarquia Albuquerque Maranhão já dominava a Intendência de Natal, a de Canguaretama, o Correio Central, o poder Legislativo, o Senado e a Câmara Federal. Faltava apenas a criação de estratégias para assegurar a perpetuação da dominação política da família Maranhão no Estado"*²⁸.

Nas eleições de 15 de novembro de 1895, o Partido Republicano elegeu todos os Intendentes da capital, entre os quais dois primos de Pedro Velho: Olympio Tavares e João Avelino. Antes de entregar o governo do Rio Grande do Norte ao seu sucessor, Pedro Velho privilegiou mais um membro da oligarquia: Afonso Maranhão Filho, nomeado pelo Governo Federal para o cargo de engenheiro de Comissão de Melhoramento do Porto. Esta comissão funcionou, muitos anos, como cabide de emprego da oligarquia Albuquerque Maranhão.

No sentido de manter sua dominação política no Rio Grande do Norte, Pedro Velho indicou o desembargador Joaquim Ferreira Chaves Filho, para sucedê-lo no governo do Estado em 1895. Este era pernambucano, radicado no Estado, tinha uma personalidade autoritária e sua ascensão política representava a continuidade dos interesses de Pedro Velho. Concorrendo com José Moreira Brandão Castelo Branco, candidato da oposição, Ferreira Chaves foi eleito na primeira eleição direta para o governo do Estado.

²⁸ SOUZA, Itamar de. op. cit., p. 123.

O período de 1892 a 1909, corresponde à sedimentação do grupo de Pedro Velho no poder²⁹. O revezamento nos cargos eletivos era prerrogativa da camada dominante, mantendo-se entretanto, uma oposição consentida para justificar o processo democrático. Vale salientar que os negócios públicos foram uma das principais fontes de renda para os que estavam no poder. Um exemplo disso foi o ingresso cedo na política, do seu irmão Fabrício Gomes de Albuquerque Maranhão. Durante vinte anos, isto é, de 1893 a 1913, foi Presidente da Intendência de Canguaretama. Quando saiu, passou o governo daquela cidade para o seu parente, José de Albuquerque Maranhão (1914 a 1922)³⁰.

A Constituição Estadual do Rio Grande do Norte, foi modificada várias vezes para legalizar atos favoráveis a oligarquia Maranhão e a eleição de membros da família. Conforme observou adequadamente SOUZA:

“O favoritismo da oligarquia Maranhão não parou. Já preparando a eleição de Alberto Maranhão para o governo do estado, Pedro Velho mandou que Ferreira Chaves reunisse o Congresso Legislativo estadual para reformar a Constituição do Rio Grande do Norte, promulgada em 7 de abril de 1892. Aquela Constituição, conforme a art. 28, item 3º, §4º, determinava que uma das condições essenciais para um cidadão ser eleito governador ou vice era “ser maior de 35 anos”. Pois bem, transformado em Constituinte, o Congresso Legislativo reduziu para 25 anos. Este fato ocorreu em julho de 1898”³¹.

²⁹ SOUZA, Itamar de. op. cit. p 120.

³⁰ Ibid. p. 123.

³¹ Ibid. p. 124-125.



3.2 Eleições e fraudes eleitorais

O sistema eleitoral republicano ficou estruturado em dois segmentos: por um lado, cabia ao Congresso Nacional legislar sobre as eleições para cargos federais e ao Poder Legislativo estadual dos representantes do povo nas esferas estadual e municipal ³².

Cada Estado era dividido em distritos eleitorais cujo número variava de acordo com a dimensão do eleitorado estadual. Rodolfo Telarolli observou a respeito:

“Nos estados, conjuntos de municípios formavam os distritos que elegeriam os representantes a que tinham direito, sem que houvesse, porém, a exigência de residência ou qualquer outro tipo de vinculação do candidato ao distrito pelo qual era indicado pela cúpula partidária”³³.

Em cada município, o processo eleitoral era comandado pelo presidente da Intendência. Tudo passava pelo crivo, desde a formação da comissão de alistamento até a apuração dos votos. Esse controle aumentava na época das eleições: a Constituição republicana instituiu o voto aberto, não secreto e, por isso, conhecia-se a escolha de cada indivíduo. A Legislação eleitoral adotou o voto secreto e o voto a descoberta até 1916. Depois, o voto a descoberto só era admitido quando a eleição se realizasse em cartório³⁴.

Todavia, sabemos que, na prática, o voto secreto não existia.

Além de controlarem o eleitorado, através do conhecido “voto de cabresto”, as “mesas eleitorais” fraudavam as eleições para elegerem seus candidatos. Na prática, eram colocados em residências dos chefes políticos ou dos seus correligionários. Inúmeros exemplos de fraudes podem ser citadas: por meio da intimidação dos eleitores, do roubo de urnas, da falsificação de títulos de eleitor e infinitos outros artifícios.

³² SOUZA, Itamar de, op. cit. p. 185-186.

³³ TELAROLLI, Rodolfo. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. p. 28.

³⁴ SOUZA, Itamar de, op. cit. p.41

No Rio Grande do Norte, o processo eleitoral não foi muito diferente do restante do país. Como nos diz Sênio d'Avelar, um jornalista e talvez um político de oposição, analisando o processo eleitoral deste período no Rio Grande do Norte:

Tal é a corrupção dos costumes dos próceres da República, que já deu em resultado o afrouxamento das instituições. As eleições são mentirosas, a magistratura se vende, o funcionário desfalca, o povo abdica os direitos mais importantes, tudo se relaxa entre nós. A República não pertence ao povo; é uma presa dos oligarcas, não há partidos políticos; há corrilhos que, para enriquecerem, se assenhorearem do mando supremo³⁵

Nesse contexto, a figura de Pedro Velho representou o protótipo da dominação oligárquica local e o reflexo de uma política nacional centralizadora e ditatorial, voltada para os interesses de uma minoria da sociedade, mantida pela fraude, corrupção e ostentação criminosa e da violência. Segundo Elias Souto, referindo-se à atuação de Pedro Velho no governo do Estado do Rio Grande do Norte entre 1892 e 1896:

Governo de Mentira

O Exm. Dr. Pedro Velho tem se mantido até hoje no governo somente pela mentira, isto é facto sabido.

Todos tem visto o desfaçamento com que a imprensa do governo assoalha boletins, arvorando em princípio de verdade a mais requintada mentira de que fazem propaganda para manter o espirito à esta situação que ameaça cair de podre.

E o governo entre nós mentindo para iludir o povo, e assim ganhar terreno para viver mais tempo ainda que ingloriamente como tem vivido até hoje!

³⁵ Diário do Natal, 25 dez. 1895 p. 1.

O Dr. Pedro Velho jurou aos seus deuses não escrever a verdade uma só vez na sua imprensa mercenária.

Ele pensa que pelo ciganismo, pela falta de sinceridade é que há de consolidar a República.³⁶

Realmente, o texto demonstra de maneira bastante clara como Pedro Velho se manteve fiel ao processo eleitoral profundamente fraudulento durante e depois do seu governo como “dominador, mentiroso e prepotente”. Mas Braz de Andrade Mello, Antonio de Sousa e Augusto Maranhão desfazem esta imagem negativa do Dr. Pedro velho, como redatores do jornal, pertencente ao governo, parabenizando-o pelo seu primeiro ano de governo (1893):

O dia de hoje é a data mais luminosa para a história de um governo verdadeiramente republicano que tem sabido vem dirigir os destinos deste Estado.

Honesto à toda prova, o Dr. Pedro Velho não tem um só acto, que o condene, emperrando o brilho de sua fecunda administração.

Educado nos princípios os mais democráticos, livre do contágio mórbido dos vetustos preconceitos partidários não vê diante de si senão a imagem sagrada da Pátria, que todos amamos e devemos enaltecer.

Incontestavelmente a administração da festejada democrata, Dr. Pedro Velho tem sido e há de ser sempre a continuação de um passado glorioso.

Caractes imaculado, que não cede a sugestões francamente republicano, o Dr. Pedro Velho assegura, com firmeza, o engrandecimento de sua Terra Natal, já mui diversa dos tempos que lá se foram.

³⁶ O Nortista . 23 jun. 1893. p 70.

*É justa, pois a sincera manifestação, que o partido republicano, forte à sombra da moralidade política, presta hoje ao seu verdadeiro chefe.*³⁷

Os textos demonstram claramente por um lado uma oposição indignada pelo sistema de governo implantado por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, pela sua forma de governar o estado do Rio Grande do Norte e de como tratava o povo. Assim, em Natal, o jornalista Elias Souto, proprietário do jornal oposicionista O NORTISTA, antigo professor público do estado com sua linguagem bastante pesada, sem máscara denunciava a prepotência do governador Pedro Velho. Na realidade, a sua principal intenção era de conscientizar a população, mas também se tratava de “atacar” e “destruir” o seu adversário político Pedro velho. Como não poderia ser diferente o jornal A REPÚBLICA representado pelo governo, criado para divulgar o ideário republicano e principalmente para deprimir e achincalhar os candidatos da oposição, a fim de assegurar a manipulação política da oligarquia Maranhão para a próxima eleição no estado do Rio Grande do Norte, sabemos que, esses jornalistas, jamais escreveriam algo contra o governo de Pedro Velho porém, correriam o risco de perder o emprego ou até mesmo vítima de algum tipo de violência. Conforme informa CASCUDO:

*“Pedro era invencível, faiscante de espírito, jogando todas as armas de uma inteligência aguda e pronta. Escrevia, falava, seduzia. Era patético, irônico, sarcástico, humorista, humilde, com todas as gamas, todos os recursos, todos os efeitos da eloquência”*³⁸.

³⁷ A República, 4 mar. 1893. p. 207.

³⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. op. cit. p. 212.

3.3 Perseguição à imprensa oposicionista

Durante a dominação da oligarquia Maranhão (1892 - 1918), a imprensa oposicionista potiguar compreendia os seguintes jornais: Rio grande do Norte; o Nortista (este jornal circulou com este nome até o dia 07 de setembro de 1895, quando passou a ser editado em Natal com o nome Diário do Natal). No Ceará-Mirim circulava o Município. Durante um certo tempo, a Gazeta do Comércio³⁹.

No governo de Pedro Velho (1893 - 1896), a liberdade de imprensa, principalmente a oposição foi, por diversas vezes, ameaçada. Um exemplo disso ocorreu contra o Dr. Manoel Nascimento Castro e Silva. Este cearense ingressou na vida pública do nosso Estado. Foi o quarto governador provisório nomeado pelo regime Republicano entre 1890 a 1891. Além de político, era jornalista e advogado. Portanto, sua posição social era uma das mais elevadas no contexto da sociedade rio-grandense⁴⁰.

Após romper com Pedro Velho, passou a integrar o diretório do Partido Republicano Oposicionista e a escrever contra o governo. Pois bem, Nascimento Castro foi brutalmente agredido no dia 1º de janeiro de 1893 pelo Tenente Joaquim Lustosa de Vasconcelos, do Corpo de Segurança e Ajudante de Ordens do Governador Pedro Velho.

O Ex. governador Dr. Manoel Nascimento Castro indignado publicou no jornal Rio Grande do Norte uma resposta aos seus agressores. Eis a resposta:

Aos meus Concidadãos

Fui ontem..., vítima de uma agressão brutal infamíssima, no momento em que desapercebido, sem suspeitar que estava apontado à senha espoletagem do Sr. Pedro Velho...

³⁹ SOUZA, Itamar de, op. cit. p. 173.

⁴⁰ Ibid. p. 173.

Era para desacatar a imprensa violentando os seus representantes, era para ferir a pessoa dos jornalistas da oposição, era para amordaçar a opinião e coarctar a liberdade do pensamento, que o odiento verdugo do povo, o covarde charlatão do governo, rodeava-se de soldados..., para intimidar a opinião, para abafar a imprensa, que o Sr. Pedro Velho mandou desacatar-me na rua pelo ajudante de ordens.

Mas fique sabendo: o desacato de ontem, nem intimida a imprensa, nem intimida a mim...⁴¹

Nesse contexto podemos constatar, do ponto de vista político que Pedro Velho exercia um governo duro, que para silenciar a oposição usava sua policia para surrar, ameaçar, prender, destruir as tipografias dos jornais, processar os jornalistas da oposição, transferir e diminuir da função. Um fato marcante exemplificam mais precisamente esta afirmação:

"A transferência do professor Elias Souto implicava num rebaixamento de função, pois a cadeira que o referido professor ocupava em São José do Mipibu era de 3ª entrância, ao passo que a da Vila de Pau dos Ferros era de 2ª entrância"⁴².

Após o comunicado do Sr. governador Pedro Velho, Elias Souto encaminhou a seguinte exposição de motivos:

Cidadão Governador do Estado

Elias Souto, professor deste Estado, vem com o respeito devido, reclamar perante V. Exª contra a transferência de reger a cadeira de instrução primária.

⁴¹ Rio Grande do Norte, 2 jan. 1893. In: SOUZA, op. cit. p.42

⁴² SOUZA, Itamar de . op. cit. p. 175.

O reclamante foi nomeado Professor Público no dia 27 de fevereiro de 1869 em consequência de concurso e, durante esse longo período de 24 anos de serviços, consumiu o melhor de suas energias físicas, achando-se hoje com pernas completamente paralíticas.

Acresce mais, que a Vila de Pau dos Ferros está a cem léguas de distância desta cidade; pela razão exposta, o reclamante não poderá vencer essa grande jornada.⁴³

Apesar de todas estas considerações, o governador Pedro Velho deu o seguinte despacho ao pedido no processo do professor Elias Souto: “O suplicante foi nomeado em vista do disposto no n.º 4 do art. 6º das Disposições Transitórias da Constituição Estadual, cujas exigências satisfaz, por ser, segundo informa a Diretoria da Instrução Pública, professor de concurso e ter mais de cinco anos de nomeação. Não tem lugar, o que requer⁴⁴.

A perseguição à imprensa oposicionista deixou marcas indeléveis no governo de Pedro Velho (1893 - 1896). É importante ressaltar que a oligarquia Albuquerque Maranhão combatia ferozmente os jornais da oposição, com objetivo de se perpetuar no poder, pois o jornal era o único veículo de divulgação para atingir a “opinião pública” e cada jornal era montado e mantido pelos grupos políticos em luta pelo poder.

⁴³ O Nortista, 24 mar. 1893. p. 59.

⁴⁴ Ibid. p59

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do grupo político dos Albuquerque Maranhão se deu durante o período inicial da República Velha, na qual predominou um quadro comum a todo o Brasil em particular, objeto desta monografia. No Rio Grande do Norte, ele se caracterizou pelos conchavos políticos, dominação oligárquica, farsa eleitoral, pelo mandonismo local e os demandas administrativos. Essas práticas oligárquicas eram "*permeadas pelo nepotismo, pela coerção e pela desigualdade*", características de uma sociedade rural e patriarcal como de época.⁴⁵

Os ideais da democracia política representativa pela propaganda republicana foram, em grande parte postos à margem pelos grupos oligárquicos que se perpetuaram no poder. Na república Velha potiguar no final do século XIX, uma pequena elite letrada, governava em meio a ignorância de grande parte da população excluída das decisões políticas.

Tomando-se a especificidade do Rio Grande do Norte, aprende-se que o estado tornou-se praticamente um "feudo" nas mãos de uma família em constante luta pelo poder político e pela perpetuação dos seus interesses individuais como a caracterizava a oposição. Nesse contexto, a figura de Pedro Velho representava o protótipo da dominação oligárquica local, reflexo de uma política nacional.

A oligarquia Albuquerque Maranhão, manteve seu poder no Estado por quase 30 anos, assegurando assim a sua dominação político-econômica, isto é, protegendo a propriedade privada e deixando de lado os interesses sociais mais urgentes e desvirtuando as propostas defendidas na propaganda que, ao menos em teoria, a imprensa de oposição dizia defender (a moralidade administrativa, o direito da minorias e a extinção dos monopólios que lesavam o Estado).

⁴⁵ BUENO, Almir de Carvalho. op. cit. p.11.

Ao comparar-se a atuação de Pedro Velho com os políticos dos dias atuais, percebe-se que sua influência não acabou totalmente, pois de seus vários vícios eleitorais em nossa sociedade de hoje permanecem, apesar dos avanços tecnológicos, da urbanização acelerada, da popularização da informação e voto eletrônico.

FONTES

Diário de Natal, Natal/RN (1893-1895)

(O) Nortista, Natal/RN (1893)

(A) República, Natal/RN (1893)

(O) Rio Grande do Norte, Natal/RN (1893)



BIBLIOGRAFIA

- BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: Idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte(1880-1895)**. Tese de Doutorado. Recife: UFPE, 1999.
- CARONE, Edgard. **A República Velha: instituições e classes sociais**. 3 ed. São Paulo: Difel, 1975.
- _____. **A Primeira República (1889 - 1920): texto e contexto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História da República no Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Edições do Val, 1965.
- _____. **Vida de Pedro Velho**. Natal: Departamento de Imprensa, 1959.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Ed. Grijaldo, 1977.
- LINDOSO, J. A. Spinelli. **Da oligarquia Maranhão à política do Seridó: Rio Grande do Norte na velha República**. Natal: CCHLA, 1992, p. 13-44. (Coleção Humanas Letras, 5).
- LIRA, Augusto Tavares de **História do Rio grande do Norte**. 2 ed. Brasília: Centro Gráfico do Senado federal, 1982.
- MARIZ, Marlene da Silva, SUASSUNA, Luís Eduardo Brandão. **História do Rio Grande do Norte: Império e República**. Natal: gráf. Santa Maria, 1999.
- PANG, Eul Soo. **Coronelismo e oligarquias (1889-1943)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

POMBO, Rocha. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ed. Anuário do Brasil, 1992.

SILVA, Janice Theodoro da. **Raízes da ideologia do planejamento: Nordeste (1889-1930)**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)**. Brasília: Centro Gráfico de Senado Federal, 1989.

TELAROLLI, Rodolfo. **Eleições e fraudes na República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1988.